

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Mata Cavalo

A Comunidade Quilombola de Mata Cavalo é localizada no município de Nossa Senhora do Livramento, a cerca de 50 km de distância da capital Cuiabá, no Mato Grosso. Sua formação começou na segunda metade do século 19, quando antepassados escravizados foram alforriados e receberam terras de sua antiga *senhora*. Nesse lugar formaram um território, hoje habitado por mais de 400 famílias. Sua história foi marcada por diversos processos de violência e expropriação de suas terras, bem como por uma intensa luta de resistência.

O território quilombola atual está dividido em seis localidades, cada uma com uma associação registrada: Mata Cavalo de Cima,



Mata Cavalo de Baixo, Ponte da Estiva (Fazenda Ourinhos), Ventura Capim Verde, Mutuca e Aguassú.

A Comunidade recebeu em 2007 sua certidão de autorreconhecimento quilombola pela Fundação Cultural Palmares. O território tradicional identificado pelo INCRA é de 14.690,34 hectares, cujo relatório técnico (RTID) foi publicado em 2006, no Diário Oficial na União. Em 2009, foi emitido decreto presidencial declarando a área como de interesse social, e determinando a desapropriação dos imóveis particulares existentes no local. Essa é a etapa que antecede a titulação no processo de regularização de territórios quilombolas. No entanto, após oito anos da publicação, a titulação ainda não foi efetuada. Essa situação preocupa os quilombolas, pois contribui para um sentimento de vulnerabilidade e de injustiça. Até hoje enfrentam problemas de especulação imobiliária em suas terras e têm dificuldade de acesso a políticas públicas e serviços básicos de saneamento e atendimento à saúde.

O surgimento de Mata Cavalo

O povoamento do município de Nossa Senhora do Livramento teve início por volta de 1726, quando a exploração de ouro em Cuiabá estava enfraquecida e os mineiros passaram a avançar para o interior da capitania, fugindo dos altos impostos cobrados pela Coroa Portuguesa. Ao encontrar ouro às margens do Ribeirão de Cocais, iniciou-se o processo de ocupação do lugar onde atualmente é o município, com a concessão de sesmarias. O auge da ocupação foi na última década do século 18, com intensa atividade mineradora na região, além da produção especialmente canavieira, e pastoril, sustentadas pelo trabalho escravo. As terras hoje conhecidas como Mata Cavalo estavam na área central desta região, composta pelo conjunto das sesmarias Santana, Boa Vida e Caracará.

Em 1850, o casal Anna da Silva Tavares e Ricardo Alves Basto arrematou, em um leilão público, uma sesmaria com um engenho no local denominado Boa Vida, que fazia parte do conjunto de sesmarias

da área central de Nossa Senhora do Livramento. A propriedade fazia limite ao norte com as terras de João Lopes de Abreu, casado com a irmã de D. Anna, e juntos eles constituíram a Sesmaria do Ribeirão do Mata Cavallo. Em 1874, Ricardo Alves Basto fez um testamento aberto instituindo D. Anna como herdeira universal de seus bens. Como não tinham filhos, em caso de falecimento da esposa, o sítio e a Sesmaria Boa Vida seriam transferidos para um homem chamado Francisco José da Silva. Além disso, seus escravizados passariam a gozar de “plena liberdade como se em ventre livre nascessem”. No inventário constavam nominalmente 4 libertos e 30 escravizados que ganhariam a liberdade em caso de falecimento da esposa.

Em 1883, D. Anna registrou a escritura no Cartório de Nossa Senhora do Livramento confirmando o testamento aberto de seu marido, e acrescentando que, na qualidade de “possuidora de uma parte do ribeirão denominado Mata Cavallo, com suas vertentes”, desejava doar parte da Sesmaria Boa Vida “a seus escravos, inclusive aqueles que se libertarão por ocasião do inventário de seu marido, finado Ricardo José Alves Basto.” Doava também outra parte da Sesmaria de Boa Vida a um homem denominado Leopoldino A. Costa. Assim se iniciou a Comunidade de Mata Cavallo: com a doação de terras aos negros recém libertos que passaram oficialmente a donos de parte da Sesmaria Boa Vida.

Documentos de 1890 mostram que, após o falecimento de D. Anna, um casal da elite local iniciou uma ação para retirada dos negros libertos e quaisquer outros que ocupassem as terras da Sesmaria Boa Vida, alegando serem donos da propriedade, junto de herdeiros de Francisco José da Silva, citados no testamento. A ação não foi concluída e os libertos conseguiram permanecer nas terras de Mata Cavallo. Essa parece ter sido a primeira de muitas tentativas de expropriação das terras herdadas por estes quilombolas.

Após receberem a doação das terras, os quilombolas estabeleceram moradias na parte mais baixa do Ribeirão Mata Cavallo, na região de limite com os Ribeirões Estiva e Mutuca. Com a Abolição, esse núcleo original cresceu, recebendo outros recém-libertos, avançando

a ocupação em direção à cabeceira do Ribeirão Mutuca e da Sesmaria Rondon. **No território quilombola, eles desenvolveram um modo de vida coletivo e autônomo, quebrando a ordem de privação e subordinação historicamente imposta pela elite branca. A terra era de uso comum: pertencia a toda a comunidade.**

A permissão para usufruto da terra era organizada conforme o parentesco, levando em conta, especialmente, os descendentes dos ex-escravizados nas terras da Sesmaria Boa Vida. Consideravam também o parentesco gerado por afinidade, por compadrio e por devoção aos santos. Nestes casos, a entrada de um novo membro na comunidade era avaliada por uma espécie de *conselho de anciões*, liderado por um chefe, que era também o responsável pela guarda da documentação da doação das terras. Ser aceito em Mata Cavalo significava poder morar, fazer roça, usufruir dos recursos naturais e conviver em comunidade, até suas futuras gerações.

Sr. Antônio Mulato, o quilombola mais antigo, hoje com 112 anos, conta que uma das escravizadas que aparecem no inventário do sesmeiro Ricardo Alves Basto era sua bisavó paterna, Beatriz, filha dos africanos Francisco e Rita, e mãe de 5 filhos. Dentre esses descendentes, Gregório (avô de Sr. Antônio Mulato) casou-se com Januária com quem teve vários filhos, um deles foi Benedito Gregório, pai de Sr. Antônio. Sua mãe, Marcelina, também era descendente do *tronco de Beatriz*. **Sr. Antônio Mulato lembra que conviveu em sua infância com outros dos escravizados listados no inventário do antigo sesmeiro, a maioria deles “já velho, de [precisar andar com] porrete”. Um deles foi sua própria bisavó, Beatriz, bem velha, que também “andava de porrete”. Mesmo cega, ia às festas, “papai levava montada”, “ia à toa porque não enxergava. Ia, só pra ter prazer de ir à festa.”** (Sr. Antônio Mulato, 1999)

Moradores de Nossa Senhora do Livramento destacam como traço característico da comunidade Mata Cavalo o parentesco extenso: “um lugar só de preto”, “casavam muito entre si ... no final, todos eram aparentados, todos descendiam dos primeiros”, dizem.



Sr. Antônio Mulato

Foto: Antônio Cruz. Fonte: Agência Brasil <https://fotospublicas.com/conheca-rotina-dos-moradores-da-comunidade-quilombo-mata-cavallo-em-cuiaba/>. Acessado em outubro de 2017.



A vida dos antigos em Mata Cavallo

Os quilombolas contam que as terras de seus antepassados eram um lugar de fartura. As roças eram o principal meio de produção da vida comunitária. As áreas de roça eram demarcadas conforme a necessidade e capacidade de trabalho das famílias. **A base da alimentação era milho, arroz e feijão. Mas as roças eram bem variadas, com mandioca, maxixe, banana, batata doce, quiabo, melancia, melão, moranga, cana, além de algodão, fumo: “enfim tudo!”, dizem os quilombolas.** Das roças, os antigos retiravam o necessário para seu consumo e o excedente era comercializado na sede do município.

Havia na comunidade vários engenhos de tração animal que produziam melado, rapadura, açúcar e cachaça. Os que não tinham engenho levavam a cana para processar nas instalações de um parente próximo. Os produtos eram divididos entre quem trabalhava. A produção de farinha também era grande, consumida na própria comunidade, e ainda vendida ou trocada em Livramento ou Várzea Grande. As famílias criavam animais, principalmente porcos e galinhas. Também havia gado que fornecia alimento e força motriz para o trabalho nos engenhos, e servia de transporte. Com a madeira das matas, cipós e taquaras faziam utensílios de cozinha, móveis e casas. Das raízes e folhas, faziam corantes para tingir tecidos e redes. Do couro dos animais faziam o *surrão*, um saco para guardar grãos. Também produziam instrumentos musicais, potes, moringas e panelas de cerâmica.

A forma mais comum de trabalho cooperativo era chamada de *muxirum*, que faziam para plantar, para colher, para fiar. Nesses encontros, homens, mulheres, adultos e crianças cantavam e contavam histórias enquanto trabalhavam. O *muxirum* fortalecia o parentesco e a amizade. Recordam, por exemplo, de um *muxirum* de fiar algodão, quando mulheres *altas* e *fortes* ficavam em roda cantando versos chamados de *siriri*, dizendo *palavras esquisitas*, provavelmente de matriz africana.

Cenários das moradas dos antigos, desaparecidas há muito tempo, persistem na lembrança dos atuais moradores. As casas eram de palha, barroteadas, cobertas com folhas de palmeiras trançadas. Próximos delas ficavam os roçados de cada família, o engenho, o chiqueiro, as hortas com ervas medicinais e os pomares. Sr. Antonio Mulato, e outros idosos, são capazes de olhar a paisagem e identificar os locais habitados por seus antepassados, as áreas das casas, das roças, as trilhas e caminhos, as passagens usadas por fazendeiros vizinhos:

... Naquela figueira, lá na parte de baixo do Mata Cavallo, na estrada que ia pra Brumado, era a casa de Maria Simoa ..., ali, na cabeceira do Estiva ficava Simião, o povo dele ...Ali, nas bandas do Aguassú José Bernabé, Tomás, Mané Militão, Eugênio Velho ...Ali, no Mata Cavallo, morava Marcos e Benedito... Patrício era ali mais abaixo, já

perto do Brumado..., no Mutuquinha ficava Sinhá Rita, tudo reunido ...; Moravam eles, seus filhos, netos: todo mundo, tudo parente... A *pretaiada* chegava até o Fugido, era muita gente.

Relatos como esse demonstram a importância do território ancestral na vida da comunidade.

A relação com os finados é destacada: como ir ao cemitério no aniversário de um parente falecido, na Sexta-feira Santa, no Dia de Finados e no Dia de Santa Cruz. Nessas visitas, diziam o nome dos antepassados ali enterrados, depois rezavam agradecendo a vida e pedindo proteção e saúde. Para homenageá-los, ofereciam comida, bebida, vela, flores, cigarro e cachimbo. O guaraná e a pinga eram oferendas importantes: "...colocava o guaraná, que era temperado, despejado na sepultura ou deixado na vasilha." A pinga "era deixada na própria garrafa ou derramada na sepultura." Quando algum bem de valor era perdido, era comum pedir ajuda aos mortos: "fulano de tal (nome do antepassado) que já morreu, quero que você me traga (o objeto desaparecido), faça ele aparecer e eu lhe dou um prato de comida, uma garrafa de pinga, um maço de vela."

Os finados também ajudavam a acalmar as forças da natureza. Se a seca ameaçava destruir a lavoura, os vivos lavavam as sepulturas pedindo chuva. Também pediam para que seus antepassados mediassem junto ao divino contra grandes temporais. As práticas de visitar e reverenciar os finados continuam atualmente. No entanto, surgiram graves entraves já que o Cemitério do "Rondon" - onde encontram-se os primeiros antepassados e grande parte dos parentes quilombolas - é cortado por uma propriedade particular e, para ter acesso, é preciso pedir permissão ao dono dessa área.

As festas de Santo sempre tiveram um papel de destaque em Mata Cavalo, desde o tempo dos antigos. Festejavam São João, São Benedito, Nossa Senhora da Conceição. Tinha também as "festas de promessa", feitas para um santo específico como retribuição a alguma graça alcançada. Nelas, "tirava-se a reza", depois dançava-se o "cururu" para homenagear o santo. No início da festa, era erguido um mastro, enfeitado com fitas de papel, pequenos cachos de fruta e a

bandeira do santo. As festas começavam ao cair da noite e duravam até o entardecer do dia seguinte. Ofereciam muita comida e bebida a todos os convidados: “tinha pinga, licor, bolo, biscoito, chá de cidreira, de folha de laranja, feijão, arroz, carne galinha.” Os convidados vinham de vários lugares: “gente de perto, parente distante... todo mundo reunido para rezar, brincar... lembrar as histórias, aprender a tradição.”

Mata Cavallo tinha rezadeiras e rezadores muito respeitados. Benziam para *mordedura de cobra*, *arca caída* e preparavam remédios com folhas do mato, acalmavam as forças da natureza, “sabiam tirar e pôr feitiço.” Atualmente há um importante líder espiritual na comunidade, conhecido como “pai de santo forte”, que aprendeu a “rezar com sua mãe e receb[eu] de Deus a obrigação.”

Tempos de violência: separação das famílias e resistência

Após a doação de terras da antiga sesmeira D. Anna, em 1883, a comunidade de Mata Cavallo conseguiu viver no território com tranquilidade até a década de 1930. Neste período, durante o Governo de Getúlio Vargas, foi estabelecida uma política nacional conhecida como *Marcha para Oeste*, impulsionada por um discurso de modernização do Brasil, que intensificou a venda de terras, consideradas da nação, para compradores particulares. Foi estabelecido um novo modelo de ocupação que não respeitava as ocupações feitas por comunidades tradicionais, que eram territórios baseados em um uso coletivo e sem fins econômicos, considerando-os como “espaços vazios”.

De acordo com os relatos, na década de 1930, 30 famílias de Mata Cavallo viviam distribuídas pelas proximidades do Ribeirão Mata Cavallo, do Estiva, do Brumado, do Mutuca, “lá pras bandas do Rondon”, em terras da antiga sesmaria Boa Vida. “Pras bandas do Mutuca” ficava mais a “parentada de Vicente Ferreira”, que além de ser herdeiro das doações de D. Anna, havia comprado mais um pedaço

de terra limítrofe, como informam documentos do cartório do município. No entanto, com a intensificação da lógica econômica da privatização da terra instaurada pela *Marcha para Oeste*, o território de Mata Cavallo começou a ser invadido e *grilado*, dando início a um período de conflitos e violência contra seus moradores. Vários comunitários foram obrigados, pelo uso da força, a deixar suas terras, onde viviam há gerações.

Nessa época, a descoberta de modestas quantidades de ouro nas terras de Mata Cavallo deu início a uma ofensiva do garimpo nas áreas das roças tradicionais da comunidade. Invasores começaram a escavar e a degradar o território em busca do metal precioso. Diante da perda de suas roças e das dificuldades de subsistência, vários comunitários, principalmente os mais jovens, chegaram a tentar o garimpo, sem sucesso, e não tiveram outra opção senão deixar suas terras em busca de trabalho em propriedades vizinhas.

Nesse processo de expulsão de moradores e êxodo de outros como alternativa para não passar fome, surgiu ainda um invasor que passou a cercar a área da comunidade, colocar gado, fazer roça para em seguida tentar transferir a área para sua propriedade. Neste momento, os responsáveis pela guarda do documento que atestava a posse do território já haviam falecido, “não ficando ninguém de pulso na chefia”. Com isso, “o documento das terras sumiu”. Segundo moradores, ele havia sido entregue a um político local. O posseiro branco exigia a medição total das terras da antiga sesmaria, e os negros, verdadeiros donos da área, sem conhecer os trâmites legais que envolviam o processo de medição das terras e sem dinheiro para pagar serviços de agrimensura, foram perdendo seu território. O posseiro ameaçava os comunitários: “- Aqui é meu, aqui você não tem roça mais... Você desocupa aqui, tira os trens senão eu queimo tudo.”

Entre os anos de 1943 e 1944 o processo de expulsão dos quilombolas se intensificou. Parte dos parentes de Vicente Ferreira foram os que, mesmo ameaçados, resistiram e não saíram do território.

Enfrentando os jagunços contratados para intimidá-las, foram principalmente as mulheres que lideraram a resistência, já que grande parte dos homens estavam trabalhando nas fazendas da região. Este grupo de quilombolas resistentes ainda vive nas proximidades do Ribeirão Mutuca. Outra parte foi transferida, através de projetos governamentais, para assentamentos de reforma agrária, em uma área marginal de Cuiabá, chamada Ribeirão do Lipa, e em Várzea Grande, numa região conhecida como Capão Negro (hoje, bairro Cristo Rei).

A retomada de Mata Cavalo

Em Ribeirão do Lipa e em Capão Negro, os quilombolas expulsos de suas terras ancestrais começaram a reestabelecer um sentido de comunidade, recuperando elos de parentesco e práticas culturais, em um movimento de ressurgimento da comunidade de Mata Cavalo. Um importante símbolo da retomada de uma identidade coletiva foi o retorno da Festa de São Benedito e, junto com ela, a dança do Congo, expressões de grande reconhecimento em toda Nossa Senhora do Livramento e que haviam sido interrompidas com o desmembramento do quilombo. Com o retorno da festa, reforçavam-se o parentesco e a solidariedade entre os quilombolas espalhados por Capão Negro, Livramento e Ribeirão do Lipa. Assim foi sendo reconstruída Mata Cavalo.

Entre 1950 e 1960, famílias expulsas de Mata Cavalo iniciaram um movimento longo e árduo de retomada do seu território, que perdurou até 2011. Esse processo começou por compra de algumas áreas e por assentamentos. Algumas famílias que conseguiram comprar pequenas áreas em Nossa Senhora do Livramento, ainda na época da desestruturação da comunidade, neste momento venderam essas terras para adquirirem, por meio de compra, pequenas porções de seu território original. Outra parte das famílias ocupou áreas da antiga sesmaria que foram invadidas por fazendeiros, mas que não possuíam documentação. Os depoimentos dos quilombolas

demonstram que esse retorno foi marcado pela violência desde seu início, mesmo nos casos em que os quilombolas conseguiram voltar por meio da compra de terra. Inúmeras estratégias foram usadas por fazendeiros que ocupavam a área para pressionar os quilombolas a desistirem do retorno, além de ameaças de morte e processos na justiça:

Proibia a passagem, punha cadeado na porteira... fechavam a cerca... Para ir ao cemitério tinham que pedir licença.... As crianças não podiam ir à escola porque tinha que passar na fazenda... Se acontecia alguma coisa foi nosso animal que comeu a plantação... de maldade solta o animal para comer o roçado.

Em 1995, os quilombolas passaram a pressionar cada vez mais o Estado no sentido de fazer valer as disposições constitucionais. Em 1996, em um movimento organizado com a ajuda dos trabalhadores rurais “sem terra”, os negros de Mata Cavallo armaram acampamento na área do núcleo histórico central do território. De acordo com os relatos, acamparam “mais de 500 pessoas, 700, 800, entre homem, mulher, velho, criança.” Na época de elaboração do Relatório Antropológico, os *sem terra* foram retirados do local, ficando apenas os quilombolas. Neste período, restaram naquela área 17 famílias de herdeiros do núcleo central de Mata Cavallo. Eles estavam ainda reconstruindo o novo assentamento com base na ocupação tradicional da comunidade, reestruturando suas roças, seu modo de vida coletivo, refazendo as casas de palha. Parte dos moradores trabalhava na sede do município, em Várzea Grande ou Cuiabá, para ajudar a manter a subsistência do acampamento, retornando nos finais de semana. Embora a solidariedade do grupo ajudasse a refazer a comunidade, a pressão externa para sua retirada continuava. A comunidade fundou uma primeira associação, denominada Associação dos Herdeiros de Mata Cavallo, com objetivo de seguir a luta pelos direitos da comunidade. O processo para a titulação do território foi aberto no Incra em 2004, o RTID publicado em 2006.

O período de violência extrema marcado por despejos e ameaças perdurou até 2011, quando os quilombolas conseguiram uma liminar judicial que assegurava o direito de permanência no território até a finalização do processo de desapropriação dos fazendeiros pelo INCRA. Assim, diminuíram os conflitos na área. **Nos últimos anos, Mata Cavalu conseguiu alicerçar seu ressurgimento, e hoje é um território que conta com 418 famílias cadastradas no processo de regularização territorial junto ao INCRA. A agricultura familiar continua sendo a principal atividade dos quilombolas e as roças contam com uma diversidade de culturas, como banana, mandioca, milho, arroz, batata doce.** O artesanato de Mata Cavalu virou uma referência na região: as mulheres fabricam bonecas de pano, de lã ou de fibras vegetais como a palha do milho ou fibra da banana.

A conquista da Escola é fruto de um forte engajamento da comunidade com políticas educacionais. Desde então, várias iniciativas de escolas já aconteceram na comunidade, até conseguirem consolidar a presença de uma escola estadual. O nome é uma homenagem à filha de Antônio Mulato, que, na década de 1950, foi a primeira professora do quilombo. A escola possui, além das disciplinas que compõem o currículo da educação básica, outras voltadas para as especificidades do modo de vida quilombola como as de “práticas culturais e artesanato quilombola” e a de “práticas agrícolas quilombolas”. Possui também importantes projetos de resgate da cultura local entre os jovens da comunidade, como o de “leituras e histórias sobre negros/as”, projetos de dança, percussão corporal e outros voltados para a valorização da estética, da história e das artes negras.

A longevidade de Sr. Antônio Mulato, sua presença e atuação ao longo de um século na comunidade, são celebrados como exemplo da força de resistência de Mata Cavalu.



Atividades na escola da comunidade

Foto: Antônio Cruz. Fonte: Agência Brasil <https://fotospublicas.com/conheca-rotina-dos-moradores-da-comunidade-quilombo-mata-cavallo-em-cuiaba/>. Acessado em outubro de 2017.

Esta narrativa foi escrita por Juliana Soares Campos a partir do Relatório Antropológico “Comunidade Remanescente do Quilombo Mata Cavallo, Município de Nossa Senhora do Livramento/MT”, de autoria de Maria de Lourdes Bandeira (antropóloga), Triana de Veneza Sodr e e Dantas (historiadora) e Elieth Barros Mendes (historiadora), de 1999. Para informa es atualizadas foram usadas outras referências bibliográficas: Território, luta e educa o: dimensões pulsantes nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais mapeados no Quilombo de Mata Cavallo de MOREIRA, Deborah Luíza e Latas d’água nas cabeças: percep es sobre a água na comunidade quilombola de mata cavallo de Priscilla Mona de Amorim.

Uma palavra da comunidade

Mata Cavallo

A nossa associação quilombola foi fundada no ano de 1996 com a colaboração de Dona Tereza Conceição Arruda. Hoje somos mais de 500 associados, num território com mais de dezessete mil hectares. E por ser uma área muito extensa é que foi dividida em seis associações denominadas: Mata Cavallo de Baixo, Mata Cavallo de Cima, Aguassú de Cima, Ponte da Estiva, Ribeirão da Mutuca e Capim Verde. Todas as Associações legalmente reconhecidas e com a responsabilidade de nos representar junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais colaboram com as questões ligadas a regularização fundiária, a violação de direitos e a moradia. Nesse último caso, com a construção de casas, mas que infelizmente, atendeu apenas a alguns moradores de Mutuca.

Especificamente em Mata Cavallo de Baixo, temos a Escola Estadual Quilombola Tereza Conceição que passou por reforma, já que era de palha com apenas 3 salas. Agora a escola comporta salas grandes, biblioteca, secretaria, banheiros, inclusive com acessibilidade especial e quadra de esportes, ofertando a Educação Básica – da Educação Infantil ao Ensino Médio –, incluindo aí a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para moradores-quilombolas, assim como para filhos de fazendeiros e estudantes de regiões próximas.

No território, necessitamos de água tratada e canalizada. E temos um projeto aprovado de construção de um miniestádio, mas até hoje não conseguimos implantar. E esta ação é importante porque temos muitos adolescentes e esta seria uma área de lazer e possibilidade de permanência destes na comunidade.

A renda de Mata Cavallo de Baixo e suas comunidades-irmãs é, sobretudo, baseada na subsistência com plantação de abóbora, melancia, cará, milho, arroz, cana; bem como pela venda de banana, doces, mandioca e produtos ligados ao artesanato local. E temos o hábito de

criar galinha, porco, vaca, equinos e algumas cabras. Outra forma, de garantir trabalho para os moradores de Mata Cavallo de Baixo, tem sido as reivindicações para que agentes de saúde e profissionais na escola sejam, preferencialmente, quilombolas do território, com isto garantimos não somente renda, mas também o respeito à manutenção de nossas crenças e modos de viver.

No mais, temos orgulho em afirmar que conseguimos a reserva de vagas para negros e sobrevaga para quilombolas, do meio rural, em todos os cursos de graduação da Universidade Federal do Mato Grosso. Já o nosso maior sonho é a regularização fundiária. É importante que se desapropriem e indenizem o fazendeiro local. E atualmente, estamos muitíssimos preocupados com o atual governo, pois a situação de perda de direitos tem caminhado ao encontro da extinção do Decreto 4.887 de 2003.

Contudo, não podemos deixar de agradecer pelo esforço empreendido por Seu Antônio Mulato, de 112 anos, pois desde 1925 ele reivindicava a criação de uma escola que posteriormente foi construída. É a nossa referência, nasceu e se criou na comunidade de Mata Cavallo de Baixo. Trata-se de uma pessoa maravilhosa, pois é divertido, gosta de tomar cachacinha, vinho, guaraná ralado e gosta de festa. Ele é reconhecido em Mato Grosso como a pessoa mais velha e de grande importância na história do Estado.

Palavra elaborada por Aline Neves Rodrigues Alves (Equipe consulta do Projeto Co-
leção Terras de Quilombos) baseada em entrevista realizada com a moradora Arlete
Pereira Leite – atual Presidente da Associação de Mata Cavallo de Baixo. Entrevista
concedida em 26 de Junho de 2017.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Juarez Rocha Guimarães, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Danúbia Zanetti, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C198cm Campos, Juliana Soares
Comunidade Quilombola de Mata Cavalo / Juliana Soares Campos. - Belo Horizonte: FAFICH, 2017.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório antropológico “Comunidade Remanescente do Quilombo Mata Cavalo, Município de Nossa Senhora do Livramento/MT”, de Maria de Lourdes Bandeira, Triana de Veneza Sodré e Dantas e Elieth Barros Mendes.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Bandeira, Maria de Lourdes. Relatório antropológico “Comunidade Remanescente do Quilombo Mata Cavalo, Município de Nossa Senhora do Livramento/MT”. 4. Dantas, Triana de Veneza Sodré e. Relatório antropológico “Comunidade Remanescente do Quilombo Mata Cavalo, Município de Nossa Senhora do Livramento/MT”. 5. Mendes, Elieth Barros. Relatório antropológico “Comunidade Remanescente do Quilombo Mata Cavalo, Município de Nossa Senhora do Livramento/MT”. I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E SOCIAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS